

A MOBILIDADE URBANA COMO INCLUSÃO DA CRIANÇA NO ACESSO A EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Luana Ricarto da costa

Graduanda do curso de pedagogia e bolsista do
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – URCA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
Luanacosta594@gmail.com

Sislândia Maria Ferreira Brito

Professora Doutora Efetiva do Departamento de Educação da
Universidade Regional do Cariri – URCA
sislandiabrito@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é resultado de estudo bibliográfico realizado por meio de uma proposta feita pelo professor da disciplina de Fundamentos Histórico-Culturais da Educação Especial no V semestre, 2015.2, da licenciatura em pedagogia na Universidade Regional do Cariri-URCA. Em que objetivamos compreender os desafios que estão sendo enfrentados cotidianamente no processo de inclusão da criança no acesso ao campo educacional, especificamente a educação infantil da cidade de Crato-Ce. Para tanto, foi necessário organizar uma pesquisa bibliográfica em autores como: Cunha (2009), Vainer (2013), Vasconcellos (2012) e na Lei de Mobilidade Urbana, nº 12.587. Dessa forma, justificamos esse trabalho pela necessidade de compreensão da temática posta em questão. Além de considerarmos importante pautar discussões pertinentes sobre inclusão e os desafios enfrentados nesse processo. Entretanto entendemos que seja importante salientar que esta pesquisa está em andamento e, é por esse motivo que ainda não apresentaremos resultados precisos da pesquisa de campo.

Palavras chaves: Inclusão social. Acessibilidade. Desafios.

¹ Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada para discussão na disciplina de Fundamentos Histórico-Culturais da Educação Especial no V semestre, 2015.2, da licenciatura em pedagogia na Universidade Regional do Cariri-URCA

Introdução

A inclusão social é um debate que vem ganhando espaço há pouco tempo nas discussões teóricas pautadas na sociedade, entretanto, percebe-se que vem se alargando o seu campo de estudo e com isso tornando-se uma questão difundida nas últimas décadas.

Esta produção justifica-se pela necessidade de averiguarmos a atual situação da inclusão social na cidade do Crato, no estado do Ceará, abordando a mobilidade urbana e a qualidade do serviço de transporte.

Assim, o referido trabalho traz uma reflexão a respeito da inclusão como um desafio social, para tanto se faz necessário refletir acerca de algumas questões, que para esse momento se pode indagar: como as crianças com necessidades especiais estão sendo conduzidas para os centros de Educação Infantil?

Nessa direção nos propomos a pesquisar acerca de alguns aspectos inerentes ao contexto da inclusão relacionados à mobilidade urbana e ao transporte público. Salientamos que neste resumo constam os primeiros resultados de nossa revisão bibliográfica de uma pesquisa de campo.

Entendemos que essa discussão é de fundamental relevância, pois se a acessibilidade acontece de uma forma segura e autônoma, a qualidade do acesso à educação é garantida em um dos diversos aspectos que envolve a inclusão do indivíduo com necessidades específicas.

Revisão de literatura

Percebe-se que na contemporaneidade vem ocorrendo um crescimento populacional que conseqüentemente alarga as pequenas e grandes cidades do Brasil. E junto disso vem se intensificando algumas modificações nas condições de transporte coletivo presentes nas vias públicas. Em que apresentam uma precariedade que muitas vezes pode estar ocasionando o agravamento das dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que possuem ou não algum tipo de deficiência.

Com isso no debate sobre inclusão social pode-se perceber que são inúmeras as abordagens identificadas referentes a essa temática. Porém vale ressaltar que ao direcionar o olhar para uma análise acerca da mobilidade urbana, logo é possível deparar-

se com discussões referentes aos meios que são diariamente utilizados para facilitar o acesso dos indivíduos a determinados locais como, por exemplo, ao trabalho, ao processo educacional, bem como as informações, interações e lazer, ou seja, facilitar as relações que são vivenciadas em sociedade. Assim, a necessidade de deslocamento se faz presente com ênfase, uma vez que:

A necessidade de circular está ligada ao desejo de realização das atividades sociais, culturais, políticas e econômicas consideradas necessárias à sociedade. Adicionalmente, a circulação está ligada aos fatores de mobilidade e acessibilidade discutidos antes. Assim, por um lado, ela tem relação com as condições físicas pessoais dos viajantes e com a sua capacidade de pagamento dos custos incorridos. Por outro lado, ela depende da disponibilidade de tempo por parte das pessoas e do casamento adequado com os horários de funcionamento das atividades nos destinos (janelas de tempo), bem como da oferta de meios de transporte (VASCONCELLOS, 2012. p. 35).

Entretanto, para que o portador de deficiência possa estar exercendo essas práticas de interação com seu meio social, e, se relacionando dentro dessas dimensões citadas, entende-se que são necessários transportes coletivos que sejam acessíveis a todos, com sinalizações adequadas no trânsito. Portanto, faz-se necessário, também transportes coletivos que sejam acessíveis a todos, sinalizações adequadas no trânsito como, por exemplo, semáforos adaptados para os diferentes tipos de deficiência. Além disso, é importante ressaltar as adequações das ruas que devem ter rampas e sinalizações propícias a todos (Cunha, 2009).

Vale afirmar que isso se torna possível a partir da revolução tecnológica que vem sendo desenvolvida ao longo dos anos, onde através dela estão sendo criados equipamentos avançados e disponíveis para esse processo. Porém, ainda se espera que as autoridades públicas se preocupem com esse direito que deve ser assegurado aos portadores de deficiência, especialmente às crianças.

É importante refletir que a Lei nº 12587 de mobilidade urbana, responsável pelo deslocamento de pessoas e cargas, estabelece um conceito e determina questões sobre as responsabilidades das cidades em detrimento ao seu desenvolvimento socioeconômico e tecnológico. Porém, cabe a população ficar atenta para que municípios, estados e a nação comecem a repensar o financiamento destinado para a realização das adequações, assim aderindo a tecnologia a ser implementada nas ruas das cidades.

Resultados e discussões

Neste sentido, a discussão deve ser direcionada em um viés crítico, fazendo-nos pensar se essa inclusão social vem como uma forma de educar as pessoas a respeitar o outro, enfatizando os seus direitos assegurados pelas leis e sobre tudo a garantia do desenvolvimento de um método que atinja as necessidades das pessoas que possuem alguma deficiência. Assim, facilitando a vida social e educacional das mesmas. Até porque não pode ser negado o acesso aos espaços públicos a nenhum indivíduo, mas sim oferecer meios para que essa acessibilidade possa ser realizada com êxito (Cunha, 2009).

Nesse contexto vale refletir que,

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados (VAINER, 2013, p. 39).

Entretanto, se percebe que pode existir outra via de interesse relacionado a todo esse processo, que está diretamente ligado aos meios de reproduções e perpetuação do capitalismo, pois na medida em que mais pessoas tem o livre acesso para usufruir dos meios que resultam no lucro do capital, ao mesmo tempo estarão fortalecendo o crescimento e acumulação do mesmo (Cunha, 2009).

Dessa forma se pode interpretar essas ações como algo que está sendo imposto determinando uma “falsa ideia” de desenvolvimento da igualdade social, pois na medida em que ocorrem adequações em alguns espaços de consumo, é possível identificar que ainda é precária e pouco existente em algumas localidades a realização dessas ações nas vias públicas. Nessa perspectiva se pode citar como exemplo, a acessibilidade nas ruas para que se possa chegar até a educação, saúde e trabalho de uma forma segura, ou seja, ainda não se instalou nas cidades do Brasil de uma forma eficaz.

Essa igualdade social dentro do processo de inclusão seria construída a partir do momento em que fosse possibilitado não só o acesso aos diversos espaços, mas também garantir a qualidade deste acesso, bem como a permanência dos portadores de deficiência nos meios sociais e nos processos educacionais. Sendo assim, oferecido os subsídios

para a mobilidade nas ruas, colocando em pratica o que já vem sendo discutido na teoria que retrata a inclusão social no Brasil (Cunha, 2009).

Embora essa questão seja um desafio na sociedade atual, não é algo distante, pois se pensa em promover a inclusão como uma via de articulação que felicitará a acessibilidade aos meios de produção, bem como promoção do aumento de consumo que de certa forma estará possibilitando uma igualdade social, deixando de lado a exclusão de indivíduos diante das interações que ocorrem na sociedade.

Conclusão

Com base no que foi exposto se pode perceber que pensar em possibilidades de acesso se faz necessário em uma sociedade contemporânea na busca por superar os desafios encontrados cotidianamente. Pensar essas questões e buscar soluções é algo importante para garantir a ampliação da mobilidade urbana dos portadores de deficiência, especialmente as crianças da Educação Infantil.

Nessa perspectiva se entende como não só necessário, mas urgente possibilitar adaptações de transportes coletivos, rampas e elevadores em espaços públicos, assim como implantação de placas em Braille e sinais sonoros no trânsito, como também um sistema de sinalização por vibração.

Portanto, para que as pessoas portadoras de deficiência possam ser beneficiadas com esses equipamentos tecnológicos e para obter adaptações visando um melhor acesso aos espaços públicos é necessário que as leis e normas sejam adequadas e postas em pratica. Entretanto, essa ainda é uma realidade a ser construída, pois ainda há muito que se lutar para conseguir modificações significativas a respeito da inclusão social, pois existem inúmeros problemas a ser superados referentes a essa temática.

Além do mais é importante lembrar que a inclusão se dará através da mobilização dos órgãos públicos, da construção da consciência na sociedade que resultem em respeito à diferença. Assim, tornando-se possível a inserção das pessoas atípicas no meio social e conseqüentemente no processo educacional, viabilizando ainda a sua inserção no mercado de trabalho e nos espaços de interação e lazer com o outro.

Referências

BRASIL. **Decreto - lei 12.587**, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. Portal de Legislação Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm Acesso em 25 de Setembro de 2016.

CUNHA, H.W.A.P. **Acessibilidade em São Luís e a pessoa com deficiência**. Inclusão ou exclusão? Velhos e novos paradigmas. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luís. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/joinppIV/eixos/9/estados-e-lutas-sociais/acessibilidade-em-são-luis-e-a-pessoa-com-deficiencia-inclusão-ou-exclusão-velhos-e-novos-p.pdf>. Acesso em: 28 de março. 2016.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Mobilidade Urbana e Cidadania**. São Paulo: Editora Senac, 2012.